



Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor



Red de Acción en Plaguicidas y sus Alternativas de América Latina

Jaime Weber

TRANSGÊNICOS

SITUAÇÃO NO BRASIL

Situação da soja ilegal no RS

- Às vésperas das eleições de outubro: Pela quarta safra consecutiva, será autorizado o plantio de grãos ilegais de soja transgênica como semente no RS.
- medida, batizada "troca-troca", o governo federal resolveu trocar sementes certificadas pelas sementes piratas dos produtores. Na esperança de convencer os produtores a plantar sementes certificadas a partir da safra 2007/08, que começa em julho de 2007.
- O presidente Lula determinou ainda que os ministérios do Planejamento e da Fazenda liberem recursos para a compra dessas sementes.
- Ainda não se sabe o que o governo fará com as sementes piratas.
- O Ministério da Agricultura expedirá normas complementares definindo limites e critérios para o programa de troca-troca.
- Estima-se um gasto a fundo perdido de R\$ 48 milhões para o Tesouro Nacional entre custo das sementes e dos royalties.

continuação

- A decisão abre, porém, o flanco do governo nas disputas judiciais em torno das apreensões de 300 mil sacas de semente ilegal pelo Ministério.
 - Quem teve grão apreendido, sobretudo no Paraná, poderá pedir tratamento equivalente para legalizar suas cargas.
 - Também ganham força os argumentos dos produtores de algodão que plantaram transgênicos ilegais e tiveram sua produção apreendida.
- "Os piratas vão fazer a festa porque vão vender muita semente contrabandeada e mais barata"

- Independente da solução adotada pelo governo, a Monsanto continuará lucrando sem mover uma palha.
 - O primeiro paga a taxa no momento da compra da semente certificada e o último, que utiliza semente pirata, quando entrega sua colheita, paga 2% sobre o valor total da carga,
- o que o governo faria com a soja transgênica trocada pela semente certificada? Por que não aproveitar para trocar sementes piratas por sementes não-transgênicas?
- A semente de soja RR entrou no Rio Grande do Sul com um preço irreal, já que era contrabandeada. Não havia cobrança de royalties até 2004 e o herbicida foi barateado para estimular a adoção do pacote

MULTA

- No Paraná, por exemplo, a Syngenta foi multada por ter feito um cultivo experimental de soja transgênica na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Até hoje não pagou a multa de R\$1 milhão estabelecida pelo Ibama.

Continuação

- a empresa de agrotóxicos Dow AgroScience confirmou dois novos casos de plantas resistentes ao herbicida glifosato no Sul do País: azevém (*Lolium multiflorum*) e buva ou erva-lanceta (*Conyza* spp.) .
- Resulta do uso repetido do herbicida sobre a soja transgênica.
- Com isso, mais herbicida é aplicado.

Monsanto faz críticas à CTNBio

- desapontados com o funcionamento da CTNBio, responsável pela avaliação de OGM no país. "Faz um ano que a CTNBio funciona e nada foi aprovado. Algo deve estar acontecendo que não está conforme".
- Pela lei, publicada em março de 2005, são necessários os votos de dois terços dos membros da CTNBio para garantir a liberação comercial de novos transgênicos.
- "Temos opções para crescer no Brasil. Mas, por enquanto, há muitas dúvidas".

comercialização de milho transgênico

- Nov. 2006: O pedido de liberação de comercialização do milho transgênico Libert Link, feito pela empresa Bayer CropScience, não foi aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).
- 40 questões foram feitas pela CTNBio
- a CTNBio têm 27 membros distribuídos em quatro subcomissões: a de saúde humana, a de saúde animal, a da área vegetal e a da área ambiental. A sessão de votação deve ter um quórum de 14 integrantes
- o ano de 2006 terminou sem qualquer nova **liberação comercial** para o plantio de OGM no campo brasileiro
- O pivô da celeuma foi o juiz federal Nicolau Konkel Junior, que concedeu liminar em ação civil pública que exige audiência pública antes de qualquer aval para o plantio comercial do milho da Bayer CropScience

Comissão vai adotar audiências públicas para evitar liminares

- CTNBio pode ficar ainda mais lenta em 2007 nas liberações comerciais de OGMs. Impedidos de votar a liberação do milho Liberty Link, da Bayer CropScience, por força de uma liminar que exigiu a realização de audiência pública para deliberar sobre o produto, os membros da comissão decidiram estabelecer o procedimento como padrão em 2007.
- os trabalhos devem seguir a sistemática de audiências públicas, seguidas de reuniões setoriais e de uma plenária decisiva.

Milho, Algodão e Arroz transgênicos

- Três tipos de milhos encabeçam a lista de pedidos para serem liberados
 - Estão na fila para análise milhos transgênicos de Monsanto e Syngenta, além de algodões de Bayer e Monsanto.
 - Também esperam na fila um arroz da Bayer e uma vacina da Schering-Plough

Áreas protegidas ameaçadas por transgênicos

- *Governo edita Medida Provisória (MP) 327/06*
- *De acordo com a MP 327/06 as zonas de amortecimento passam a ser determinadas caso-a-caso para cada uma das variedades transgênicas, por meio de decreto presidencial.*
- *As zonas de amortecimento tinham sido regulamentadas pela Lei de Biossegurança, aprovada em 2005, e garantiam uma distância mínima de 10km entre o plantio de transgênicos e as unidades de conservação*
- *De acordo com as novas regras, fica estabelecida uma distância de 500metros para a soja transgênica resistente ao Roundup (RR) e 800metros para o algodão transgênico inseticida (Bt). Quando houver parentes silvestres do algodão na unidade de conservação, a distância aumenta para 5km.*
- *é uma afronta ao princípio da precaução e não poderia ter sido tomada sem uma consulta à sociedade*

Câmara aprova transgênicos em unidades de conservação

Dezembro de 2007

- O Plenário aprovou por 247 votos a 103 e 2 abstenções; a Medida Provisória 327/06:

O texto **permite o cultivo de transgênicos em zonas de amortecimento de unidades de conservação; em áreas de proteção de mananciais de água utilizável para o abastecimento público; e nas áreas declaradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade.** A MP, que revoga artigo da Lei da Biossegurança (Lei 10814/03), será analisada ainda pelo Senado.

- Uma das principais mudanças do relator foi a redução do quorum para as decisões da CTNBio. **O quorum, antes de 2/3 (18 votos) dos integrantes, fica reduzido para maioria absoluta — 14 dos 27 integrantes.** Os críticos dessa medida argumentam que a alteração responde a pressões das multinacionais produtoras de sementes transgênicas cuja plantação comercial ainda não foi autorizada pela CTN-Bio.

Algodão

O relator também **autoriza a comercialização de algodão transgênico plantado sem autorização da CTN-Bio e colhido em 2006.** Segundo o texto, os caroços do algodão deverão ser destruídos ou usados para a produção de biodiesel. A medida beneficia plantadores de 150 mil hectares de algodão transgênico irregularmente plantado e apreendido neste ano pelo Ministério da Agricultura.

Pimenta atendeu a diversos líderes e incluiu, no texto, a **prorrogação do prazo de vigência das novas regras de rotulagem de alimentos lácteos e infantis** disciplinado pela Lei 11265/06. As regras, que deveriam entrar em vigor em 3 de janeiro de 2007, passam a valer a partir de 3 julho de 2007. A lei regulamenta a promoção comercial e o uso apropriado de alimentos infantis para lactentes e crianças de primeira infância com o objetivo de proteger o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de idade.

Terras indígenas

Com a aprovação da MP, a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados ficam proibidos somente em terras indígenas e em unidades de conservação, permitindo-se ainda o plantio em áreas de proteção ambiental (APA).

Para poder ser cultivado nas APAs e nas zonas de amortecimento, o organismo geneticamente modificado deve ser incluído no plano de manejo da unidade de conservação, observando as informações contidas na decisão técnica da CTNBio

RESISTÊNCIA AOS HERBICIDAS

- *Além do acelerado aparecimento de invasoras imunes ao Roundup da Monsanto -- a exigir a compra e aplicação no campo de doses maiores do mesmo agrotóxico e de coquetéis cada vez mais letais de outros venenos -- a própria soja transgênica da Monsanto está virando praga de difícil controle nas plantações de outras culturas no sul do Brasil.*

MST, 08/11/2006

Elevou a aplicação de agrotóxicos no Brasil

- De 2000 a 2004, o consumo de glifosato cresceu 95% no Brasil, enquanto a área plantada de soja avançou 71%, segundo dados Ibama.
- No Rio Grande do Sul, principal pólo nacional de soja transgênica, o consumo de glifosato cresceu 162% e a área total, 38%.
- O levantamento do Ibama indica que os produtores gaúchos de soja incrementaram em 106% o consumo dos principais herbicidas. O volume saltou de 9,8 mil para 20,2 mil toneladas no período.
- De acordo com os dados do Ibama, em Mato Grosso, maior produtor nacional de soja, a utilização dos 15 principais herbicidas usados no grão cresceu 67% no período 2000/2004 - para 15 mil toneladas - e a de glifosato, 93%. Nos quatro anos, a área plantada registrou salto de 95%, para 6,1 milhões de hectares.

1/12/2006

Com a aprovação da MP 327 na Câmara dos Deputados o governo deu ontem mais um inequívoco sinal de que não se preocupa com a biossegurança.

A MP 327 foi feita para reduzir de 10km para 500 metros a zona de amortecimento que separa as unidades de conservação do plantio de transgênicos, atendendo às reivindicações do agronegócio. Com a medida, o governo também tentou facilitar a vida da multinacional Syngenta Seeds, que realizava experimentos com transgênicos dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu PR, e fora multada pelo Ibama.

Admitir transgênicos nos entornos das Unidades de Conservação já seria grave o suficiente. Mas o governo também pecou pela forma, já que o envio da MP ao Congresso abriu as portas para emendas dos deputados ruralistas visando facilitar ainda mais a liberação de transgênicos, com prejuízo dos estudos de impacto à saúde e à biodiversidade.

Este alerta foi feito pela sociedade, mas ignorado pelo governo. Ao contrário, em reunião coordenada pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, João Paulo Capobianco, o Secretário defendeu abertamente a MP.

No Congresso, tudo piorou. Duas emendas contrárias à biossegurança foram incluídas no texto da MP. Uma delas reduz o quorum da CTNBio para liberações comerciais, facilitando a autorização de transgênicos sem avaliação de riscos à saúde e ao meio ambiente. A outra autoriza o uso de algodão transgênico.

O governo logo deu um sinal do lado que estava: sem consultar a bancada do PT, o presidente da Casa, Aldo Rebelo, entregou a matéria ao gaúcho Paulo Pimenta, defensor dos transgênicos que em 2003 integrou comitiva para visitar a sede da Monsanto no Estados Unidos.

Ao incorporar em seu parecer emendas de ruralistas, Pimenta isolou-se de seu partido, que votou contra seu relatório. Por outro lado, o relator arrancou rasgados elogios de deputados ruralistas e aplausos do lobby pró-transgênicos que ocupava a galeria da Câmara.

Apesar dos insistentes pedidos de audiência, o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), assim como a chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, não receberam representantes de movimentos sociais, entidades socioambientalistas e de defesa do consumidor, bem como do campo agroecológico para debater a matéria. Preferiram ficar apenas com a visão do agronegócio.

A orientação do governo para sua base foi votar pela aprovação da MP com as emendas. Esta orientação foi contrária à do próprio PT, que preferiu, enfaticamente, “não se curvar à política do fato consumado”.

A CTNBio deliberou sobre 430 processos em 2006 e autorizou cerca de 30 campos experimentais por reunião. Ou seja, não há paralisia nas pesquisas, e se mais itens não foram deliberados é porque a presença de membros às reuniões é inconstante.

Autorizar a venda do algodão transgênico plantado com sementes ilegais é dar fôlego para a política do fato consumado e razão para seus atores. Da mesma forma, reduzir o quorum da CTNBio para liberações comerciais coloca os interesses comerciais das multinacionais acima do princípio da precaução, da saúde e do meio ambiente.

Esperamos agora que o presidente Lula vete as emendas aprovadas pelos deputados para corrigir em parte este grave equívoco provocado pelo próprio Poder Executivo.

Via Campesina

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Movimento de Pequenos Agricultores - MPA

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC

AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

Tempo de Direitos

Terminator

- *Ela é a semente do monopólio mais do que garantido, "neto" do milho híbrido que trouxe o oligopólio à indústria sementeira a partir dos anos 40 e "filho" das leis de cultivares e de patentes que desde os anos 70 foram estendendo o monopólio global para a venda de sementes nas culturas autógonas como trigo, soja, arroz e algodão, entre outras.*

O Terminator é a geração "Século XXI" do monopólio sementeiro que os ruralistas querem votar e aprovar no Brasil. Enquanto o milho híbrido era de difícil reprodução, mas não era estéril, e a cultivar da Embrapa ou a semente patenteada da Monsanto são facilmente pirateadas, este exterminador do futuro quando chegar ao mercado e em mãos do agricultor, vai produzir grãos 100% estéreis. É o monopólio perfeito.

.

FIM

Gracias

Mandioca no cerrado

- a guilhotina da extinção pende sobre o pescoço de 17 espécies silvestres de mandioca.
- Trata-se de uma péssima notícia para a segurança alimentar no Brasil, já que as formas nativas do tubérculo guardam traços que poderiam transformar a mandioca numa planta muito mais nutritiva, rústica e resistente a pragas do que é hoje.
- Tudo indica que três espécies da região que estuda já tenham sumido; Segundo Nassar, pesquisador da UnB.

Agricultura analisa autorização para semente transgênica

- A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural pode votar amanhã o Projeto de Lei 5964/05, da deputada Kátia Abreu (PFL-TO), que autoriza, em duas circunstâncias, a utilização das "tecnologias genéticas de restrição de uso", conhecidas internacionalmente pela sigla GURT. Essas tecnologias permitem a produção de plantas sem sementes, como uvas e melancias, e também a produção de materiais híbridos, importantes na agricultura moderna.

CTNBio

- A "nova" CTNBio foi constituída em novembro de 2005, com a regulamentação da Lei de Biossegurança. Passou a ser formada por 27 membros efetivos e 27 suplentes, entre representantes de 11 ministérios, instituições de pesquisa e entidades civis. Para aprovações, é preciso quórum de dois terços, considerado elevado por Colli, que defende 50% mais um. Não houve aval comercial em 2006 (a última, de um algodão, foi em 2005), mas a CTNBio deferiu 420 processos no ano (pesquisas, importação e liberações planejadas) e indeferiu 11.

Considerações sobre a MP 327 e o Decreto 5.950, ambos de 2006, que dispõem sobre o plantio de OGMs em Unidades de Conservação e seus entornos

- a) A princípio, a MP apresenta sinais de inconstitucionalidade, por não atender os pressupostos constitucionais da urgência e relevância, e por conseguinte, não observa os dispositivos legais da oportunidade e conveniência para a sua edição;
- b) Com isso, não permitiu uma ampla e necessária discussão preliminar em torno do assunto, já que trata de matéria extremamente polêmica e delicada, especialmente com as comunidades técnica e científica, e a sociedade em modo geral;
- c) Observa-se também que foi quebrada uma regra, criada pelo próprio Executivo, onde nos atos anteriores que trataram dessa questão, sempre teve o cuidado de trazer expressa proibição no sentido de excluir a utilização de unidades de conservação, para o plantio e o cultivo de OGMs;
- d) A preocupação se justificava em razão do risco iminente ao patrimônio genético e à biodiversidade daquelas áreas, cuja preocupação maior residia no fato do caráter de irreversibilidade de eventual contaminação genética, com o agravante da introdução de espécies modificadas nesses ambientes;
- e) Mais uma vez é deixado de lado o princípio universal e constitucional da

l) O ato também corrobora em todos os estados e os resultados do conhecimento de todos os atributos que justificaram a criação da unidade de conservação afetada, comprometendo, desde já, as pesquisas em curso;

g) Verifica-se que a iniciativa atropela o princípio federativo, por permitir a utilização de áreas de entorno das unidades de conservação municipal e estadual, sem o consentimento prévio dos órgãos responsáveis por sua criação e gestão, no que conflita com outras normas legais vigentes, além de estabelecer parâmetros sem justificativa técnica ou científica que de segurança a medida;

h) Os reflexos danosos com o aodamento da medida só deverão ser sentidos nas gerações futuras, cujas medidas para a mitigação e recuperação serão ineficazes;

i) Todas as vezes que o Executivo tratou dessa questão - OGMs -, sempre optou por medida provisória, numa clara e inequívoca demonstração de aceitar a imposição do poder econômico, em detrimento do meio ambiente;

j) A sensação que se tem é a de que a CTNBio se coloca à disposição desses interesses, ao simplesmente atestar intervenções nas unidades de conservação;

l) Por fim, entidades que atuam no campo, com agricultura familiar, alertaram o Governo para o perigo que isso representa para a agricultura.

Aleksandro Sitônio Assessor Jurídico
Donizetti Aurélio do Carmo Assessor Técnico
Dioclécio Luz Assessor Técnico

Ervas daninhas já são resistentes ao glifosato

Pelo menos quatro plantas daninhas corriola, buva, poaia-branca e trapoeraba já são tolerantes ao glifosato e requerem a utilização de herbicidas específicos. No RS, foram identificados biótipos de azevém e buva resistentes ao glifosato. (pesquisadores da Embrapa Trigo, Leandro Vargas; da Fundacep, Mario Bianchi, e pelo professor da UPF, Mauro Rizzardi.

“Em 4 anos já estamos com quatro espécies resistentes...”

De acordo com Nodari (gerente de recursos genéticos do MMA) , de 1998 a 2004, o consumo de glifosato no RS saltou de 3,8 milhões de quilos para mais de 19 milhões de quilos. Além do uso repetido de glifosato ter gerado plantas resistentes, o especialista relata que a soja transgênica já está se tornando erva daninha para outras culturas.

No Paraná, agricultores estão tendo que usar agora herbicidas que estavam deixados de lado, como o caso de dois herbicidas a base de 2-4-D, porque algumas plantas de soja acabam se tornando ervas daninhas de outras lavouras

muitas empresas estão pedindo registro para produtos antigos para o controle de soja transgênica que cresce fora de época

Mais polêmica sobre milho transgênico

- A **Justiça Federal de Curitiba** determinou a suspensão de qualquer deliberação sobre o processo que trata da liberação comercial do milho transgênico resistente ao herbicida glufosinato de amônio até que a União Federal se manifeste
- O pedido foi feito através de uma ação civil pública ajuizada pela ONG **Terra de Direitos**, pela Associação e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (**AS-PTA**) e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (**IDEC**), porque a CTNBio negou-se - sem justificativa - a realizar audiência pública, prevista em lei e solicitada pelas organizações em 18 de outubro. A Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA), que reúne mais de 80 mil agricultores em todo o Brasil - também havia solicitado que a Comissão realizasse audiência pública

Debate com Anvisa define normas para identificação de transgênicos

- O Governo do Paraná e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciaram nesta terça-feira (12) o encontro entre técnicos de nove Estados para a implantação de normas para a identificação de organismos geneticamente modificados (OGMs)
- pretende, com apoio da Anvisa, padronizar procedimentos em todo país para rastrear e informar o consumidor sobre quais são os alimentos que contêm produtos transgênicos na sua composição
- “Não existe consenso no meio científico. Existe um risco, e a Anvisa trabalha com a precaução”, salientou.

Embrapa ajudará na fiscalização de plantações de soja não certificada

- os satélites utilizados pela Embrapa registram imagens de plantações em um raio de 180 quilômetros. Essas imagens permitem a diferenciação de mudas de soja das de outras plantas. "Elas mostram o terreno, a umidade, a cor da planta e do solo. Com isso, conseguimos saber quando as sementes foram plantadas e qual a situação das mudas", disse. Os campos de produção serão fotografados via satélite a cada 15 dias.
- **"as sementes precisam ter origem conhecida, precisam ser fiscalizadas pelo ministério e devem ser certificadas.** Se não há isso, não são consideradas semente, tratam-se apenas)
- A Monsanto doou no dia 10/11/2006, R\$ 800 mil ao fundo de pesquisa da Embrapa. As empresas também firmaram contrato de cooperação para desenvolver cultivares de algodão tolerantes ao glifosato (tecnologia "RRFlex" da Monsanto).

Terminator

- *Ela é a semente do monopólio mais do que garantido, "neto" do milho híbrido que trouxe o oligopólio à indústria sementeira a partir dos anos 40 e "filho" das leis de cultivares e de patentes que desde os anos 70 foram estendendo o monopólio global para a venda de sementes nas culturas autógomas como trigo, soja, arroz e algodão, entre outras.*

O Terminator é a geração "Século XXI" do monopólio sementeiro que os ruralistas querem votar e aprovar no Brasil. Enquanto o milho híbrido era de difícil reprodução, mas não era estéril, e a cultivar da Embrapa ou a semente patenteada da Monsanto são facilmente pirateadas, este exterminador do futuro quando chegar ao mercado e em mãos do agricultor, vai produzir grãos 100% estéreis. É o monopólio perfeito.

Em tempo, a suposta "limitação" desta liberação da tecnologia Terminator a sementes de "plantas biorreatores" é inócua, principalmente ao se ler a definição com um mínimo de atenção: as "substâncias destinadas, principalmente, ao uso ... industrial" abrangem até a farinha de trigo para uso nas panificadoras industriais.

Os organismos geneticamente modificados, na medida em que são seres vivos, podem mesclar-se com outros organismos e penetrar nas cadeias ecológicas planetárias, reproduzindo-se de forma descontrolada. É tolice, pois, associar os transgênicos à modernidade e os orgânicos ao arcaísmo.

Mas seria ingênuo supor que a polarização entre transgênicos e orgânicos esteja fundada em uma disputa apenas técnico-científica. Trata-se, mais do que tudo, de uma questão de poder. A agroecologia, por suas características concretas, não facilita a concentração de poder assim como não favorece o estabelecimento de monopólios, patentes e pacotes tecnológicos.

É assustador imaginar um futuro em que algo tão vital como as sementes -assim como as fontes da alimentação em geral- estejam nas mãos de pouquíssimas corporações. O consumidor, ao optar pelo que comer e por qual modelo favorecer, pode estar fazendo política no mais alto grau.

*JOSÉ AUGUSTO PÁDUA é professor do departamento de história da Universidade Federal do RJ e autor de "Um Sopro de Destruição".